

INTRODUÇÃO: OBJETO E ESTRUTURA DA INVESTIGAÇÃO

Esta tese tem por objeto de estudo a gestão pública e a competitividade de cidades turísticas, à luz da experiência da cidade do Salvador. Tomando-se como referencial a Capital do estado da Bahia, procurou-se compreender a importância da gestão pública no alcance da competitividade turística dos centros urbanos, centrando, assim, a análise em duas temáticas de extrema relevância para o estudo do turismo contemporâneo: o papel do Estado na atividade turística e a busca da competitividade pelos centros urbanos e turísticos.

A primeira dentre as temáticas abordadas abrange o problema da intervenção do Estado no domínio econômico, que apesar de estar em voga na esfera acadêmica e política há mais de dois séculos, continua a manter-se atual. Pode-se afirmar que esta questão se encontra na base de toda política e que quanto mais o poder público se orienta para o comando do desenvolvimento mais a temática da intervenção estatal na economia evolui da perquirição acadêmica para uma discussão viva, trazida à cena por opções constantes (GUIMARÃES, 1996, p. 14).

Concentrando a análise na atividade turística baiana, observa-se que a importância atualmente assumida pela problemática da intervenção e dos limites à atuação do Estado ratifica a contemporaneidade desta questão. A gestão turística na Bahia foi marcada, historicamente, pela forte presença do Estado, sobretudo a partir da década de 70, momento em que o modelo interventor adotado torna-se fortalecido e o aparato institucional público do turismo baiano já apresenta uma maior complexidade, originando um conjunto de órgãos, nascidos a partir desta data, aqui denominado Sistema Turístico Estadual. Hoje, porém, esse modelo está sendo questionado, extrapolando a agenda de discussões do meio acadêmico e abarcando amplos segmentos da sociedade civil. Ressalta-se que, neste caso, o debate vem sendo promovido, principalmente, pelo próprio Estado, que diante das transformações em curso na economia mundial e frente às exigências de ordem fiscal e à necessidade de elevar a competitividade do turismo baiano, está buscando rever o seu próprio papel.

As maiores críticas ao modelo de gestão do turismo baiano, em larga escala procedentes da própria esfera estatal, não se direcionam exatamente à interferência do setor

público sobre o privado, mas, principalmente, aos resultados do modelo interventor adotado, que conduziu a uma certa passividade da classe empresarial. Os empresários vinculados ao *trade* turístico estadual e, sobretudo, ao soteropolitano, beneficiando-se das estratégias intervencionistas implementadas pelo governo, passaram a atribuir ao Estado a responsabilidade pelo desempenho quase integral da atividade.

Ao longo do processo evolutivo do turismo baiano, o Estado, visando fomentar a atividade, decidiu tornar-se ele mesmo um empreendedor privado. Construiu e arrendou hotéis e outros equipamentos turísticos em regiões pouco propícias à atração do capital privado, mas não exclusivamente nelas, e também investiu em equipamentos de grande porte na cidade do Salvador, *locus* dotado de maior poder de competitividade no contexto do turismo estadual. Posteriormente, ainda que se desvinculando da ação direta, o Estado permaneceu como provedor da atividade, intervindo em todas as etapas do seu processo produtivo. Exemplos desse papel podem ser encontrados na produção propriamente dita, em que assumiu, dentre outras, a atribuição de preparar a mão-de-obra; no consumo, em que arcou com a responsabilidade pela atração e permanência da demanda; e na distribuição, responsabilizando-se por viabilizar o acesso dos visitantes aos destinos e atrativos turísticos estaduais.

Em face às peculiaridades do turismo, uma atividade “complexa e muito horizontal que afeta a notáveis âmbitos de competência setoriais, mas que necessita orientação pelo seu amplo impacto na criação de emprego, renda, relações sociais” [tradução livre nossa] (VERA REBOLLO -coord-, 1997, p. 313) e ambientais, a política turística deve envolver, esquematicamente, conforme Figuerola Palomo (1985, p. 366), três classes de elementos: os fins a alcançar, relacionados, dentre outros fatores, ao aumento dos ingressos e à melhoria da qualidade de vida da população; os meios utilizados, representados por uma oferta de alta qualidade, com preços competitivos, e as relações entre fins e meios, equivalente ao conjunto da demanda turística.

O grande questionamento em relação à política do turismo lançado, inclusive, por Figuerola Palomo, refere-se a quem deve instrumentá-la ou colocá-la em ação. Esse autor indica que o sujeito ativo da política turística pode se identificar com o Estado, representado por um conjunto de organismos de governo e por autoridades regionais. Sugere um esquema básico para a ação estatal em matéria de política turística indicando que o Estado não pode

permanecer indiferente ante aos movimentos turísticos em função das repercussões que isso pode gerar, devendo apoiar o desenvolvimento dessa atividade porque este “além de contar com os meios econômicos, possui instrumentos jurídicos, administrativos e de polícia para sua ordenação e equilíbrio”. Recomenda que o papel do Estado no turismo deve resumir-se a:

- [...] estimular e incentivar a iniciativa privada com fins a um desenvolvimento mais intenso e harmônico;
- prestar ajudas econômicas e de orientação nos projetos que promovam efeitos sociais e econômicos benéficos;
- defender os recursos naturais, históricos e patrimoniais e aos direitos dos consumidores turistas;
- controlar o equilíbrio estrutural e o cumprimento da normativa;
- criar e articular o marco jurídico para o normal e perfeito desenvolvimento e expansão;
- corrigir desajustes mediante ações diretas e indiretas [tradução livre nossa] (ID., p. 376-377).

Visão complementar à apresentada por Figuerola Palomo pode ser comprovada através dos resultados dos estudos realizados pelos autores Berg, Borg e Meer. Em trabalho de investigação comparativa, em nível internacional, sobre desenvolvimento e política turística, efetuado em oito cidades portuárias e industriais européias (sendo seis recém-chegadas ao mercado turístico -Amberes, Génova, Glasgow, Hamburgo, Lyon e Rotterdam - e as outras duas - Copenhague e Edimburgo - destinos turísticos já estabelecidos), os autores citados concluem que a política turística deve refletir a complexidade do turismo, levando em conta:

[...] as relações entre os elementos importantes dos setores públicos e privado nas distintas zonas de interesse turístico. A qualidade do produto turístico total depende fortemente da qualidade do conjunto de elementos que compõem o turismo e da sinergia entre eles. O controle de qualidade de todos eles, em definitivo, vem beneficiar todo o setor. As associações, tanto público-privadas como só entre entes públicos, são eminentemente apropriadas para responder na prática a necessidade de uma qualidade e integração total, atuando como elemento favorável à capacidade de organização de uma zona urbana [tradução livre nossa] (BERG, BORG e MEER, 1995, p. 57).

Para esses autores, na maioria das cidades pesquisadas, o governo une suas forças à empresa privada, ainda que essas associações não tenham caráter formal, adquirindo, a exemplo, formas de comitês. A responsabilidade pela política turística é, assim, compartilhada entre os setores público e privado (ID, 1995, p. 57 e 58).

Na Bahia, o questionamento em relação ao papel do Estado no turismo e a quem deve caber a responsabilidade por instrumentar e colocar em ação a política turística,

encontra-se em grande efervescência. Propõe-se hoje novos modelos de gestão turística, com ampla participação da iniciativa privada e de diversos segmentos da sociedade civil organizada. Com estas propostas o Estado, seu principal defensor, evidencia a intenção de restringir a sua atuação no turismo e de dividir a responsabilidade das funções assumidas no transcurso da história. Entretanto, para que novas formas de gestão possam, de fato, vir a ser implementadas com sucesso na Bahia e, particularmente, em Salvador, faz-se necessário compreender o processo histórico e a realidade atual da gestão do turismo nesta cidade, a predisposição para parcerias existente (ou não) entre os diversos agentes envolvidos com a atividade, e, até mesmo, modelos de gestão do turismo e os resultados alcançados em algumas cidades brasileiras que os implementaram, não objetivando copiar estas experiências, mas, sim, utilizá-las, quando adequado, como subsídio na formulação de propostas para a gestão turística local.

A segunda temática abordada, a competitividade dos centros urbanos e turísticos, que, como definido nesta tese, tem na primeira, a gestão pública, um dos seus elementos de suporte, ganhou uma maior projeção a partir das últimas décadas do século passado, momento em que um conjunto de transformações sociais, econômicas e políticas passa a evidenciar para as cidades a importância da competitividade enquanto um elemento propiciador de posições de vanguarda. Neste novo cenário, as cidades ditas competitivas, tanto em âmbito regional, nacional ou internacional, passam a ser aquelas que consigam responder, mais prontamente, às demandas relativas a infra-estrutura urbana, qualidade de vida, integração social e política e aos desafios engendrados pelo movimento de reestruturação econômica.

O conjunto de transformações que conduziram à emergência de um novo referencial de cidade é, sobretudo, produto dos processos recentes de descentralização política e de (re)valorização dos governos locais, desencadeados pela incapacidade do Estado em fornecer respostas ao incremento das demandas procedentes das esferas produtiva, social e política, em um contexto marcado pelo movimento de globalização da economia, abertura de mercado e formação de blocos econômicos.

Imersos em um quadro dinâmico de transformações globais da economia capitalista, e imprensados entre o incremento das demandas internas e a escassez de recursos, os governos municipais partiram para a redefinição dos seus papéis e das suas relações com o setor privado, de forma a alcançar outros mecanismos condutores ao desenvolvimento local.

Com este propósito, lançaram mão de estratégias que permitissem qualificar e diferenciar as cidades, tornando-as competitivas umas frente às outras. Em decorrência, o planejamento urbano passa a ser repensado, tendo agora que incorporar, como parte das suas atribuições, a procura de alternativas que possibilitem a estes espaços driblar os limites estabelecidos pelo capital disponível. Dentre essas alternativas insere-se a tentativa de se firmar novas modalidades de parceria entre os setores público, privado e terceiro setor.

A busca da competitividade urbana, ao passo em que vem propiciando a reestruturação do planejamento como forma de viabilização do desenvolvimento local, está também tornando mais evidente as desigualdades e contrastes existentes entre núcleos dotados de vantagens comparativas – compreendendo-as enquanto um conjunto de elementos favoráveis que os permitem alcançar um maior poder de competitividade na atração de fluxos de pessoas e mercadorias e de capitais públicos e privados - que podem ser potenciadas com esse processo competitivo, e cidades/regiões carentes destas mesmas vantagens, que dificilmente terão como participar dessa disputa por espaços e posições.

O alcance do ideal de cidade competitiva, vislumbrado a partir da (re)valorização dos governos municipais, por estar, em parte – não se pode ignorar os impactos dos movimentos econômicos externos a cada centro urbano, de âmbito regional, nacional e/ou internacional, no seu próprio desempenho - atrelado à capacidade individual, de cada urbe, em atrair investimentos, gerar emprego, renovar a base produtiva e resolver as questões ambientais, corre o risco de constituir-se em apenas um sonho para muitos espaços urbanos do planeta. As desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais que envolvem as nações, os espaços regionais e urbanos levam a indicar que nesta busca desenfreada pela competitividade, algumas cidades tenderão a despontar com maiores chances de atingir uma melhor qualificação, em detrimento de outras, ainda que estejam localizadas em um mesmo país ou em uma mesma região.

Embora não se tenha uma precisão do conceito de competitividade para uma região ou cidade, deve-se esclarecer que este necessita extrapolar o plano microeconômico e abranger aspectos relativos aos campos sócio-cultural, político, econômico, ambiental e territorial. Dado o caráter sistêmico do turismo, que induz a uma necessária articulação entre os produtos e serviços turísticos de uma dada cidade/região e o seu território, dificilmente se poderá observar produtos e serviços turísticos competitivos de forma isolada, individual. Mas,

por outro lado, é importante registrar que, cada vez mais, diante da acirrada competição e da escassez de recursos, tem-se optado por qualificar subespaços específicos de cidades e regiões turísticas, conduzindo a que a competitividade turística esteja restrita a determinadas áreas dos centros urbanos e dos espaços turísticos.

Dentre as discussões travadas no âmbito desta tese não se pôde deixar de observar que a busca da competitividade não necessariamente conduz ao desenvolvimento local. Este fenômeno pode, em contraposição a esta idéia, aguçar as diferenças regionais e mesmo as existentes entre espaços internos a um centro urbano, privilegiando algumas áreas em detrimento de outras, ou ainda comprometer o sistema ambiental, dentre outras ações. Atentou-se, adicionalmente, para o fato de que o desenvolvimento produtivo, que pode conduzir a um maior poder de competitividade dos espaços urbanos, não depende exclusivamente das intervenções estatais ou tampouco é resultante apenas da ação empresarial, mas, também, das especificidades de cada cidade e da forma como a sua produção social encontra-se organizada, sem esquecer das influências de movimentos externos às urbes, como os decorrentes do fenômeno da globalização, sob os quais o poder de atuação de grande parte dos centros urbanos torna-se restrito. Nesse contexto, as políticas públicas, embora - ainda que bem direcionadas - possam não ser garantidoras de uma maior competitividade, dado o poder de influência dos demais elementos comentados, tornam-se essenciais, desde que não assumam um caráter intervencionista compensatório ou assistencialista, mas, sim, busquem a promoção do desenvolvimento local endógeno, com vistas à superação de problemas econômicos, sociais e ambientais, atuando, desta forma, em prol da qualificação dos espaços urbanos.

Em relação à competitividade das cidades turísticas, especificamente, há que se registrar a influência de um conjunto de elementos que tornam esta questão ainda mais complexa, principalmente em se tratando de cidades situadas em países em desenvolvimento, localizados geograficamente em áreas distantes das regiões mais ricas do planeta, como é o caso de Salvador. Este abrange, além da já citada forma de gestão e dos movimentos econômicos internos e externos às urbes, aspectos como a distância/custo/tempo de deslocamento entre o centro urbano e os principais mercados emissores mundiais, a concorrência vigente no mercado mundial de turismo, o interesse das operadoras de viagem, o desejo dos consumidores turistas, a efetividade do trabalho de promoção e captação de

visitantes, intempéries climáticas, insegurança social e política, violência urbana, distâncias culturais, dentre outros.

Dada a constatação da importância da gestão pública para a competitividade turística, uma vez que esta impacta direta ou indiretamente, parte expressiva dos demais aspectos que influenciam na dinâmica do turismo, e da relevância alcançada pelo sistema institucional público no processo evolutivo do turismo da Bahia e, destacadamente, da sua Capital, sobretudo no que toca as decisões e definições da política estadual de turismo, optou-se, neste trabalho, sem reduzir ou ignorar a relevância dos outros elementos mencionados, por investigar a gestão pública do turismo de Salvador, enquanto um aspecto fundamental para uma possível ampliação da competitividade turística deste centro urbano. Esta tese justifica-se, assim, pela busca da compreensão da realidade da gestão turística de Salvador e pela tentativa de constituir-se em um aporte real para a pretendida instituição de novas formas de gestão do turismo nesta localidade, com a participação do setor público e do privado e das demais representações da sociedade civil organizada, contribuindo para com a formulação de estratégias de desenvolvimento urbano e turístico e, em decorrência, para que esta cidade alcance uma maior competitividade turística, e novos padrões de bem-estar social, ambiental e econômico para a sua população.

Tendo por foco as problemáticas mencionadas, esta tese objetivou responder a duas questões centrais:

- Qual a importância da gestão pública no desenvolvimento turístico da cidade do Salvador e de que forma esta gestão pode contribuir para que turismo possa vir a aportar positivamente para o alcance de novos padrões de desenvolvimento local?
- Qual a forma de gestão do turismo mais adequada a que a cidade do Salvador alcance uma maior competitividade turística?

Para responder às indagações anteriores e subsidiar o trabalho de pesquisa, construiu-se as seguintes hipóteses:

Hipótese central

- Apesar de todo o crescimento alcançado pelo turismo no Estado da Bahia (Figura 1), a cidade do Salvador (Figura 2) ainda defronta-se com uma série de problemas, que dificultam o alcance de uma maior competitividade turística, e, que atuam como um entrave para que esta possa vir a obter maiores benefícios decorrentes da expansão do turismo. A resolução dessa problemática passa, dentre outros fatores, por questões atreladas à forma de gestão do turismo nesta localidade. O modelo de desenvolvimento turístico implantado na Bahia, que esteve sempre atrelado a uma forte intervenção estatal, necessita revisões, de modo a possibilitar a que esta cidade alcance uma maior competitividade e também que o turismo possa vir a contribuir, de modo mais intenso, para o desenvolvimento local.

Hipóteses secundárias

1 – Os problemas enfrentados pelo turismo baiano e, em decorrência, pelas cidades turísticas do Estado, como Salvador, não estão atrelados exclusivamente à forma de gestão do turismo local, entretanto, a gestão exerce um papel fundamental no desempenho da atividade.

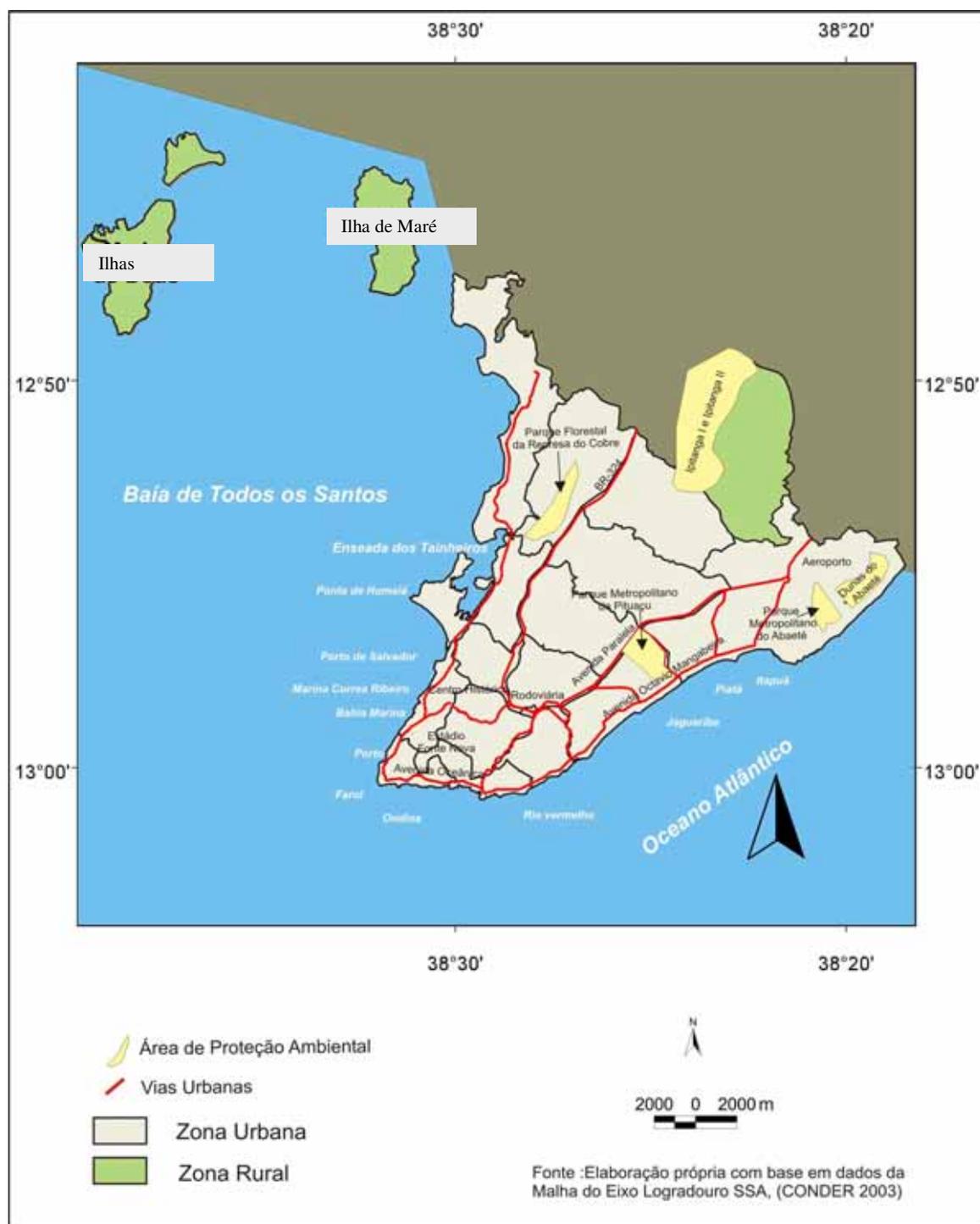
2 – O Sistema Institucional Público do Turismo Baiano, ao longo da sua história, atravessou fases diferenciadas, entretanto, desde a sua implantação, revelou-se enquanto elemento central na composição do Sistema Turístico Estadual e, portanto, fundamental ao desempenho do turismo da Bahia e da cidade do Salvador.

3 – O modo de atuação do Estado no turismo baiano, ao longo da história – exercendo o controle do planejamento, da gestão e da execução das ações direcionadas ao turismo e, até mesmo, atuando enquanto interventor direto – dificulta o rompimento da dependência estabelecida pelo setor privado e a introdução das mudanças hoje requeridas e necessárias nas formas de gestão turística adotadas, de modo a que o turismo de Salvador possa vir a alcançar uma maior competitividade.

FIGURA 1
O Estado da Bahia no contexto regional



FIGURA 2
Plano da Área Urbana de Salvador



Métodos e fontes de informação

Com vistas a confirmar as hipóteses levantadas e a responder aos problemas formulados foram realizadas duas amplas pesquisas para esta tese, distintas tanto em termos temporais, metodológicos, quanto em relação aos seus objetivos principais. A primeira objetivou a reconstrução do Sistema Institucional Público do Turismo Baiano, procurando investigar as funções desempenhadas pelo Estado na atividade turística da Bahia, como e quando estas surgiram e de que modo evoluíram as instituições públicas voltadas para o turismo estadual e de Salvador. Para esta reconstrução foi efetuada uma pesquisa em 2001, embasada em documentos oficiais, periódicos (levantados em uma seqüência anual até 1970, dada a maior escassez de informações documentadas ao longo desse período e, esporadicamente, a partir desse ano), em legislação pertinente à matéria e em entrevistas com informantes qualificados.

Foram realizadas 17 entrevistas (Anexo A), com historiadores, etnólogos, economistas, administradores, professores, desenhistas, gestores públicos e privados, que detêm informações valiosas sobre o processo evolutivo do turismo baiano, seja por terem participado da sua construção, seja por terem acompanhado esse processo ou, ainda, por no mesmo atuarem no momento presente. Essa pesquisa, confeccionada para o exame de qualificação, foi transformada em livro, publicado em 2002, através da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, com o título de “Turismo na Bahia – Estratégias para o Desenvolvimento”. Já em 2004, visando à atualização das informações e o esclarecimento de outros aspectos da formação do sistema turístico baiano, considerados fundamentais à confecção desta tese, foram feitas mais 03 entrevistas com gestores públicos, sendo que dois deles já haviam participado, como informantes, da primeira etapa deste trabalho.

Essa primeira pesquisa deu origem à confecção dos Capítulos 4 e 5 desta tese, que tratam da formação do Sistema Institucional Público do Turismo Baiano e da evolução recente do turismo na Bahia e em Salvador. Para facilitar a compreensão dos distintos períodos atravessados pelo turismo baiano procedeu-se, ao longo desses dois capítulos, à subdivisão da análise em fases delimitadas historicamente, observando-se que a temporalidade dessas fases não coincide necessariamente com a duração das gestões públicas,

as quais foram segmentadas com base em um conjunto de fatos que marcaram os momentos da atividade turística e que, em geral, envolvem mais de uma administração.

Como mais um aporte na elucidação das problemáticas centrais desta tese, a segunda pesquisa, cuja metodologia está amplamente detalhada no Capítulo 6, que aborda as tendências e perspectivas para a gestão turística de Salvador, envolveu a aplicação e tabulação de 145 questionários, correspondentes a 70% do total de uma amostra construída com atores envolvidos com o turismo de Salvador, dentre os quais, gestores públicos estaduais, municipais, representantes do *trade* turístico, professores universitários, gestores de instituição formadora de mão-de-obra para o turismo/coordenadores de curso de turismo, representantes de Organizações Não Governamentais (ONG'S), de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), do *Cluster* e do Instituto de Hospitalidade e membros do Conselho de Turismo. Esta pesquisa objetivou identificar a opinião e avaliação desses atores em relação à relevância da gestão pública para o desenvolvimento de cidades turísticas e, destacadamente, de cidades/regiões turísticas baianas, ao papel do Estado no turismo baiano, bem como efetuar uma avaliação dos modelos e programas definidos pelo setor público para o turismo estadual e da importância da cooperação entre os setores público e privado para o incremento da competitividade turística em geral e da Bahia, em particular, dentre outras questões.

Além das duas pesquisas citadas, foi realizado um extenso levantamento bibliográfico que possibilitou a confecção dos dois primeiros capítulos, referentes ao referencial teórico metodológico e à análise de modelos de turismo adotados em cidades brasileiras selecionadas: Rio de Janeiro e Fortaleza. Em relação ao referencial teórico metodológico, vale observar que, além dos estudos sobre as teorias da competitividade, sobre a competitividade urbana e turística e sobre o papel do Estado no turismo, foram investigados aspectos como as teorias do desenvolvimento, fontes de referência para a construção dos princípios que norteiam as propostas de desenvolvimento local, também estudadas em face à importância para as questões levantadas por esta tese, e os programas, propostas e modelos de gestão de espaços turísticos. No tocante a estes últimos, observou-se que a sua adoção tem sido incrementada com o crescimento da percepção da importância das parcerias e da cooperação para o desenvolvimento do turismo e, ao mesmo tempo, com a evidente vinculação destes às formas de gerenciamento da atividade adotadas nas distintas localidades.

Os programas, propostas e modelos de gestão turística analisados não necessariamente foram concebidos tendo como referência espacial um centro urbano; neles a dimensão espacial pode assumir contornos definidos (âmbito municipal, regional, estadual, nacional, etc), podendo-se também identificar alguns que não pressupõem a existência de um espaço geográfico delimitado. Outros, dentre eles, estão sendo aplicados nas mais distintas realidades, muitas vezes sem que sejam procedidos aos ajustes necessários; uma parte enfrenta ou enfrentou o desafio de articular políticas que exigem a interação simultânea das instâncias locais e de decisões regionais, estaduais e federais. Em geral, objetivam o desenvolvimento do turismo e/ou o alcance de uma maior competitividade por parte dos destinos turísticos, resultados que, entretanto, ainda podem estar sujeitos a questionamentos. Nesta tese buscou-se analisar, dentre esses, o Programa Nacional de Municipalização Turística e o Programa de Regionalização do Turismo no Brasil, o modelo do *Cluster*, o modelo da Economia da Experiência, o modelo A.M.P.M (*Attractiveness, Marketing, Productivity, Management*), o modelo de Redes Multiorganizacionais, bem como os tipos de planejamento territorial, com ênfase no planejamento urbano e no planejamento estratégico (também adotado enquanto um modelo de desenvolvimento urbano-turístico) e as diversas modalidades de planejamento turístico.

Quanto a análise dos modelos de turismo adotados em cidades brasileiras selecionadas, deve-se ressaltar que esta tese não se propôs a resumir-se a estudo comparativo entre realidades distintas, mas, tão somente, a utilizar essas realidades como mais um elemento de suporte à compreensão das tendências e possibilidades que se apresentam para o objeto central de investigação: a gestão pública do turismo da cidade do Salvador. No processo de escolha das cidades selecionadas optou-se por trabalhar com cidades turísticas brasileiras, dado que estas, embora tenham vivenciado formas distintas de gestão pública do turismo, com maiores ou menores aproximações à realidade de Salvador, revelam muitos traços em comuns à Capital baiana, a exemplo da localização no mesmo país, possuem alguns aspectos culturais similares, sofrem as influências das políticas-econômicas nacionais no desempenho do seu turismo, apresentam problemas sociais semelhantes, dentre outros fatores. Em termos específicos, a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida pelo seu destaque no turismo nacional e por constitui-se em um exemplo brasileiro concreto de adoção do planejamento estratégico, modelo que alcançou reconhecimento internacional, sendo considerado um referencial para muitos centros urbanos, situados nos mais diversos países, e, não exclusivamente nos desenvolvidos. O planejamento estratégico, ao ser aplicado em destinos

turísticos, incorporando a questão territorial, tem sido defendido como capaz de “[...] possibilitar uma reflexão geral sobre a ordenação da oferta turística, a diversificação, proteção e gestão do desenvolvimento sustentável [...]” [tradução livre nossa] (VERA REBOLLO, 1996, p. 88), constituindo-se, assim, em um modelo que se alia às propostas de desenvolvimento local, cujos princípios, como visto, são também pretendidos para Salvador. Deve-se ressaltar, entretanto, os limites deste modelo de planejamento, indicados por alguns teóricos, principalmente no que toca à sua adoção nas mais distintas realidades, muitas vezes sem que sejam procedidos os ajustes necessários, a exemplo do ocorrido com o Rio de Janeiro. A cidade de Fortaleza foi também selecionada, por, igualmente a Salvador, situar-se no Nordeste brasileiro, ter tido algum contato com a metodologia do planejamento estratégico, mas, principalmente, por adotar um modelo de desenvolvimento turístico que, embora apresente especificidades próprias, mantém similaridades com o da Capital baiana, dentre as quais, a presença do poder público e, sobretudo, do governo do Estado, como marcadamente definidora.

Junto aos capítulos 1 e 2, o terceiro capítulo, que analisa o território investigado, a cidade do Salvador, foi também construído a partir das informações coletadas na fase de levantamento bibliográfico, momento em que foram obtidos indicadores do turismo que possibilitaram a construção da espacialização territorial desta atividade na Capital, o que em muito subsidiou as análises efetuadas. Esta tese conta ainda, em adição, com esta introdução, as referências bibliográficas, os anexos e com a parte conclusiva relativa aos comentários finais sobre o tema investigado.